

COMO AS ATITUDES SOCIAIS HISTÓRICAS MOLDARAM A INCLUSÃO E O ESTIGMA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Fabricia Aparecida Pinheiro Silva¹
Aglaunice Fátima da Silva²
Gislaine do Nascimento Menacho³
Alessandra Rodrigues de Souza⁴
Michele do Rosário Borges⁵

RESUMO: O presente trabalho propõe uma análise crítica das atitudes sociais históricas em relação às pessoas com deficiência e os efeitos dessas posturas na construção de práticas inclusivas ou excludentes. Por meio da revisão de marcos legais, movimentos sociais e referenciais teóricos contemporâneos, discute-se como o estigma e a exclusão foram sendo paulatinamente substituídos por concepções baseadas em direitos humanos, acessibilidade e equidade. A compreensão da trajetória histórica é essencial para fundamentar políticas públicas eficazes e transformar paradigmas ainda excludentes presentes no cotidiano educacional e social.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Estigma. História. Educação.

ABSTRACT: This paper proposes a critical analysis of historical social attitudes toward people with disabilities and the effects of these stances on the development of inclusive or exclusionary practices. Through a review of legal frameworks, social movements, and contemporary theoretical frameworks, the paper discusses how stigma and exclusion have been gradually replaced by concepts based on human rights, accessibility, and equity. Understanding this historical trajectory is essential to inform effective public policies and transform exclusionary paradigms still prevalent in educational and social life.

650

Keywords: Inclusion. Disability. Stigma. History. Education.

I. INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência historicamente ocuparam posições sociais marcadas pela exclusão, marginalização e estigmatização. Ao longo dos séculos, as percepções sobre deficiência foram moldadas por crenças religiosas, concepções médicas e estruturas

¹Pós-graduação Gestão Pública com Ênfase em Questão social.

²Psicopedagogia Clínica e Institucional.

³Facop educação de jovens e adultos.

⁴Pós-graduação em Neuroeducação.

⁵Mestra em educação.

sociopolíticas que reforçaram a desigualdade. No entanto, com o avanço dos direitos humanos e das políticas inclusivas, novas atitudes sociais vêm sendo desenvolvidas. Este trabalho busca refletir sobre como essas mudanças históricas moldaram a inclusão e os estigmas associados à deficiência, com ênfase nos impactos para a educação especial e inclusiva.

A trajetória da inclusão das pessoas com deficiência é inseparável das atitudes sociais predominantes em diferentes períodos históricos. Na Antiguidade, por exemplo, havia uma associação direta entre deficiência e castigo divino ou imperfeição moral. Em muitas culturas, pessoas com deficiência eram escondidas, excluídas ou até eliminadas, visto que não se encaixavam nos padrões de “normalidade” e “produtividade” socialmente aceitos.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre as atitudes sociais históricas sobre deficiência e os desafios atuais de superação e estigmas na implementação da educação inclusiva no Brasil. Portanto tem por objetivos específicos: Mapear as transformações paradigmáticas nas concepções de deficiência (do modelo médico ao social) e sua relação com políticas educacionais brasileiras; identificar as barreiras atitudinais derivadas de estigmas históricos que persistem no ambiente escolar e propor diretrizes para a formação docente que contemplam a desconstrução de preconceitos históricos e a promoção de práticas inclusivas efetivas.

A pesquisa realizada tem cunho exclusivamente teórico e bibliográfica. Para Gil (2023), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir dos estudos dos materiais já elaborados e disponibilizados em artigos científicos e livros. Dessa forma, Fonseca (2022, p. 32 *apud* GERHARDT e SILVEIRA p. 37), reafirma que a pesquisa bibliográfica é um levantamento realizado a partir referências teóricas já investigada, disponibilizadas em meios eletrônicos (livros, artigos científicos, páginas de web sites). Assim, o método de pesquisa possibilita ao pesquisador conhecer os estudos sobre o tema abordado.

Estes escritos foram elaborados através de pesquisas bibliográfica, em sites, dentre eles o Google Acadêmico. Em um primeiro momento foram selecionados periódicos e artigos científicos relacionados ao tema do trabalho. Após a leitura e estudo do material escolhido, foi feita a fundamentação teórica, e as análises realizadas com base nos estudos das fontes bibliográficas selecionadas.

3. Como as atitudes sociais históricas moldaram a inclusão e o estigma das pessoas com deficiência

Historicamente, as atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência moldaram profundamente sua trajetória, marcada por fases de exclusão, segregação e, mais recentemente, tentativas de integração e inclusão social e educacional.

Durante a Idade Média, a deficiência continuou a ser compreendida por uma ótica religiosa, ora como sinal de santidade, ora como manifestação demoníaca. Isso resultava em práticas contraditórias: enquanto algumas pessoas com deficiência eram cuidadas por instituições religiosas, outras eram completamente marginalizadas. Essa ambiguidade reforçou o estigma, criando uma imagem dual — ora piedosa, ora temerosa — das pessoas com deficiência.

Foi somente a partir da Revolução Industrial, com o surgimento do modelo médico de deficiência, que a sociedade passou a encarar essas pessoas como sujeitos “doentes” ou “inaptos” para o trabalho. Esse modelo consolidou o entendimento da deficiência como um problema individual a ser tratado ou corrigido, o que, embora tenha incentivado o desenvolvimento de instituições especializadas, também reforçou a segregação social e educacional.

Com o fortalecimento dos movimentos sociais no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, emergiu o modelo social da deficiência. Este novo paradigma passou a entender que as barreiras sociais, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais são as verdadeiras causas da exclusão. Assim, desloca-se o foco da limitação individual para a responsabilidade da sociedade em promover acessibilidade, equidade e respeito à diversidade humana.

Documentos como a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006) foram marcos fundamentais na consolidação do direito à inclusão e na superação de práticas estigmatizantes. No Brasil a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) e políticas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representam avanços legais importantes, ainda que muitas vezes sua aplicação encontre resistência em atitudes sociais enraizadas no preconceito.

3.1 Períodos Iniciais (Antiguidade, Idade Média, Renascimento): Exclusão e Eliminação

Em tempos remotos, as pessoas com deficiência eram frequentemente percebidas através de complexos sistemas de crenças e simbolismos. No Antigo Egito, doenças graves e deficiências eram vistas como causadas por maus espíritos ou pecados, necessitando de intervenção divina ou de médicos-sacerdotes.

Apesar disso, alguns deficientes conseguiam viver vidas normais em diferentes estratos sociais. Entre os antigos hebreus e gregos, deficiências eram frequentemente consideradas consequências diretas de pecados ou crimes.

A aparência física era um fator principal para a exclusão. Na Grécia e Roma, onde o corpo belo e forte era idealizado, aqueles que não correspondiam a esse ideal eram marginalizados e, em muitos casos, eliminados ou abandonados, prática considerada normal por muitos séculos. Em Esparta, era comum lançar crianças deficientes em abismos.

Com o advento do Cristianismo, a pessoa com deficiência passou a ser vista como criatura de Deus, merecedora de cuidados e não de castigo, e as atitudes de extermínio tornaram-se inaceitáveis. O cuidado com a pessoa com deficiência passou a ser assegurado pela família e pela igreja, embora isso não garantisse sua integração plena na sociedade.

Na Idade Média, com o crescimento urbano e a proliferação de doenças, persistia a crença de que as deficiências resultavam de maldições, feitiços, ou castigos divinos. Crianças que sobreviviam eram separadas e frequentemente ridicularizadas.

No período do Renascimento (séculos XV a XVII), apesar dos avanços na Medicina e da filosofia humanista, o preconceito contra pessoas com deficiências físicas persistiu. Crianças com deficiência mental profunda ainda eram consideradas não humanas e possuídas por maus espíritos, crenças que até mesmo intelectuais de alto nível como Martinho Lutero compartilhavam. Este período viu os primeiros passos na assistência, mas não rompeu totalmente com os preconceitos. Historicamente, essa fase, que se estende da antiguidade até meados do século XX, é caracterizada pelo paradigma da exclusão/eliminação e, posteriormente, da segregação em instituições.

3.2 Século XIX e Início do Século XX: Assistencialismo, Medicalização e Segregação Institucional

No século XIX, o surgimento do movimento de reabilitação trouxe novos conceitos e formas de tratamento para as pessoas com deficiência. Começaram a surgir instituições

dedicadas ao atendimento, muitas mantidas por organizações religiosas. Eventos como a fundação do Hospital Estadual de Salvador em 1874 e a renomeação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos para Instituto Benjamin Constant em 1891 marcaram passos importantes, simbolizando o reconhecimento da relevância da educação.

No entanto, a abordagem ainda era frequentemente baseada no modelo médico e clínico-terapêutico, encarando a deficiência como uma doença ou condição a ser tratada fora do convívio social, resultando em isolamento em hospitais, internatos, e escolas especiais. As escolas, em geral, não se abriam para pessoas com deficiência.

Um evento sombrio do início do século XX foi o programa de eugenismo nazista, que visava a eliminação de pessoas com deficiências físicas e mentais, destacando aspectos perversos da estigmatização em massa.

3.3 Meados do Século XX: Movimentos Sociais e Integração

Nas décadas de 1960 e 1970, movimentos sociais internacionais e nacionais começaram a reivindicar o direito das pessoas com deficiência ao acesso a bens e serviços sociais, incluindo a educação em classes comuns. Estudos em Psicologia e Pedagogia passaram a demonstrar as possibilidades educativas desses alunos.

654

Essa pressão social levou a propostas de atendimento educacional com a pretensão de aproximar os alunos com deficiência dos demais. No Brasil, entre 1960 e 1970, as iniciativas se limitaram à integração parcial. O modelo proposto envolvia encaminhamento para recursos especializados quando necessário e retorno à classe comum "tão logo possível". As opções incluíam classe comum, classe especial, escola especial, e atendimento domiciliar/hospitalar. A inclusão na classe comum era condicionada ao tipo de limitação. Embora representasse um avanço em relação à segregação total, a integração ainda exigia que a pessoa com deficiência se adaptasse à escola tradicional.

3.4 Final do Século XX e Século XXI: O Paradigma da Inclusão e os Desafios da Prática

O final do século XX e o início do século XXI são marcados pela emergência e consolidação do paradigma da inclusão. A Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) foram marcos globais que impulsionaram políticas de inclusão, reconhecendo o direito à educação em escolas regulares. No Brasil, a política de inclusão escolar foi construída a partir dessas convenções e de

dispositivos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Constituição Federal de 1988.

A Constituição de 1988 determinou o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, e a Emenda Constitucional de 1987 já assegurava direitos como educação especial gratuita e proibição de discriminação. Leis mais recentes, como a Lei Brasileira de Inclusão de 2015, promoveram a inclusão social e a eliminação de barreiras. O movimento da inclusão considera a pessoa com deficiência como cidadão e exige uma mudança de paradigma educacional, atendendo a todos sem discriminação ou práticas separadas.

No entanto, apesar dos avanços na legislação, ainda há um distanciamento enorme entre o que determina a lei e sua efetivação na prática. A inclusão escolar plena, que implica não apenas o ingresso e a permanência, mas o aproveitamento acadêmico e a atenção às peculiaridades do aluno, é um desafio que requer estrutura, apoio e, fundamentalmente, uma mudança de mentalidade do corpo docente e da sociedade. A falta de políticas públicas efetivas faz com que a inclusão seja, por vezes, vista como benemerência ou favor, e não como obrigação estatal. O processo inclusivo ainda é diferente do que se propõe na legislação.

655

3.5 O Estigma como Construção Social Histórica

Paralelamente à trajetória de exclusão/inclusão, o estigma tem sido uma marca constante na história das pessoas com deficiência. O estigma é uma marca social de descrédito e inferioridade, construída a partir de julgamentos que criam categorias de pessoas socialmente "desacreditáveis". Historicamente, as deficiências foram (e ainda são) frequentemente avaliadas de forma depreciativa, associadas a males, pecados ou características negativas, tornando a pessoa "diferente" e "menos desejável". Essa visão influenciou e ainda influencia as atitudes e ações direcionadas a elas.

Desde a antiguidade, com as marcas físicas usadas para identificar escravos ou criminosos, até os dias atuais, o estigma cumpre a função de controle social, sinalizando à coletividade que certas pessoas são "marcadas" e devem ser evitadas em contatos mais próximos. A construção do desvio social atribui um caráter negativo a determinadas qualidades, tornando a diferença "ofensiva" ou "ameaçadora" para a vida coletiva "normal".

Em ambientes como a escola, o estigma pode ser reiterado através do currículo (formal, em ação e oculto), perpetuando preconceitos e estereótipos, mesmo sob a aparência da inclusão.

Isso pode levar o aluno com deficiência a internalizar a ideia de que sua condição o diminui perante os outros. A medicalização e a classificação também contribuíram historicamente para rotular e segregar indivíduos.

A luta contra o estigma é parte integrante da luta pela inclusão. Embora a legislação avance no reconhecimento de direitos e na desestigmatização formal, a cultura social enraizada de preconceito e discriminação, cultivada por séculos, não se transmuta rapidamente.

Em resumo, as atitudes sociais históricas transformaram a deficiência de uma condição individual a ser eliminada em tempos primitivos, passando por visões religiosas e medicalizantes que levaram à segregação, até o reconhecimento atual da pessoa com deficiência como cidadã com direitos. Essa evolução impulsionou a transição da exclusão para a integração e, subsequentemente, para o paradigma da inclusão. Contudo, as atitudes sociais históricas de depreciação e julgamento também construíram o estigma associado à deficiência, que persiste e representa um dos principais obstáculos para a efetivação da inclusão social e educacional plena, conforme evidenciado pela discrepância entre a legislação e a prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica das atitudes sociais em relação à deficiência evidencia que o estigma e a exclusão não são naturais, mas construções culturais que podem e devem ser desconstruídas. Embora tenhamos avançado significativamente no campo dos direitos e das políticas inclusivas, ainda é urgente enfrentar os preconceitos e as práticas excludentes que persistem no cotidiano social e educacional. A transformação das atitudes sociais é um desafio contínuo, que exige reflexão crítica, formação ética e compromisso político com a equidade.

Ainda hoje, muitos estigmas persistem, disfarçados sob discursos de “normalização” e “benevolência”. A deficiência, embora cada vez mais compreendida pela ótica da diversidade humana, ainda é frequentemente associada à incapacidade, à dependência e à improdutividade. Essas atitudes impactam diretamente o acesso à educação, ao trabalho e à vida em comunidade, limitando as oportunidades de desenvolvimento e participação plena das pessoas com deficiência.

A educação inclusiva, nesse contexto, torna-se um campo estratégico para a superação de estigmas. Ao promover o convívio entre todas as pessoas em um ambiente comum, a escola pode desconstruir preconceitos, valorizar as potencialidades individuais e formar cidadãos

mais críticos e empáticos. Contudo, para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário investir não apenas em recursos materiais, mas, principalmente, na formação continuada de professores, no diálogo com as famílias e na transformação das atitudes da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 05 de mai. 2025.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 de mai. 2025.

Declaração de Salamanca. UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 05 de mai. 2025.

LEITE, Francisco Edson Pereira; BARROS, João Luiz da Costa. **Histórico de transformações nas políticas públicas de educação especial no Brasil e as atuais orientações oficiais.** Revista Caderno Pedagógico – Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v.21, n.5, p. 01-21. 2024.

MELO, Hanny Angélica Juliana de; LEAL, Débora Araújo, **Políticas Públicas De Inclusão E Educação Especial: Entre Ranços e Avanços.** Revista Científica Multidisciplinar, v.4, n.10, 2023. 657

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,** 2006. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 de mai. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SOUZA, Ravelli Henrique de; SANTOS, Flávia Regina Schimanski dos; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. **Subjetividade e violência: Do aprisionamento do preconceito à necessidade da experiência para uma educação inclusiva transformadora.** Revista Educação Online, Rio de Janeiro, n. 30, jan-abr 2019, p. 1-16.